CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DAS ORIGENS, DOS ACONTECIMENTOS E DAS CONSEQUÊNCIAS DA CRISE ECONÔMICA MUNDIAL ATUAL

Ricardo Rippel [1]
Valderice Cecília Limberger Rippel [2]

RESUMO: O objetivo do artigo é discutir e apresentar considerações a respeito das origens, dos acontecimentos e das consequências que envolvem a crise econômica mundial atual. Evidencia-se que essa crise tem suas origens e seus desdobramentos no setor financeiro, e vem afetando praticamente toda a economia mundial. O impacto internacional gerado tem suas raízes na "bolha da Internet" de 2001. Ressalta-se que a crise foi de fato revelada ao mundo a partir do mês de fevereiro do ano de 2007, como sendo uma crise financeira, que acontecia no coração do sistema capitalista, ou seja, na economia norte-americana. Alerta-se que a crise era e é, até os dias de hoje, muito grave e, nas palavras de diversos economistas, a mais grave crise do sistema capitalista desde 1929, com possibilidades de transformar-se em sistêmica, entendida como uma interrupção da cadeia de pagamentos da economia global, interrupção que tende a atingir generalizadamente todos os setores econômicos mundiais. Assim, no presente estudo se apresentam, cronologicamente, os principais fatos que envolvem o surgimento, a eclosão e a expansão desta crise econômica mundial atual. Busca-se demonstrar os fatos que levaram a sua ocorrência, evidenciando como os acontecimentos se deram.

Palavras-Chave: Crise econômica; Crise imobiliária; Recessão.

CONSIDERATIONS ABOUT ORIGINS, HAPPENINGS AND CONSEQUENCES OF THE CURRENT WORLD ECONOMIC CRISIS

ABSTRACT: This article aims to discuss and present considerations about origins, happenings and consequences which involve the current world economic crisis. It is made evident that this crisis has its origins and its split on financial sector, and it has been affecting all the world economy. The international impact, which was caused, has its roots on “Bolha da Internet” in 2001. It is shown that the crisis was, in fact, revealed to the world after February, 2007, as a financial crisis, which would happen in the heart of the capitalist system, that is, in the North-American economy. It is alerted that the crisis was and is, up to nowadays, very serious and, on several economists words, the most serious one of the capitalist system since 1929, with possibilities of transforming itself in systemic, understood as an interruption of the chain of global economy payments, interruption this one that tends to reach in a general way all the world economy sectors. Thus, on the present study it is presented chronologically, the main facts which involve the emergence, the eclosion and

[1] Docente do Curso de Economia e do Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio da UNIOESTE - *Campus* de Toledo. Economista pela Unioeste/Toledo, Especialista em Teoria Econômica pela UFPR, Mestre em Desenvolvimento Econômico pela UFPR e Doutor em Demografia pela UNICAMP. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Agronegócio e Desenvolvimento Regional (GEPEC) da Unioeste – *Campus* de Toledo. E-mail: rippel@unioeste.br

[2] Docente do Instituto MAKRO – Pós-Graduação e Extensão e da UNIFASS. Economista pela UNIOESTE, Mestre em Educação pela PUC/Campinas, Doutora em Educação pela UNICAMP e integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Agronegócio e Desenvolvimento Regional (GEPEC) da Unioeste – *Campus* de Toledo. E-mail: valdericerippel@uol.com.br

expansion of this current world economy crisis. It is searched to show the fact which led to its occurrence, making evident how the happenings occurred.

Key words: Economic Crisis; Real State Crisis; Recession.

JEL: E0, F4.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Ao se discutir o que vem a ser uma crise econômica, como a que o mundo atravessa, evidencia-se que esse fenômeno pode ser compreendido como sendo um complexo momento de transição que se dá entre um período de prosperidade econômica e outro de depressão. Por conseguinte, uma depressão econômica se constitui na fase do ciclo econômico na qual ocorre um acentuado movimento de declínio da produção de uma determinada economia, fato que, geralmente, provoca grande retração nas vendas, afetando as operações do mercado, acarretando queda nos lucros, bem como perda do poder aquisitivo da população e desemprego.

Segundo Sandroni (1999), uma crise econômica é uma perturbação na vida econômica, atribuída, pela economia clássica, a um desequilíbrio entre produção e consumo e localizada em setores isolados da produção. O autor sustenta que, nas economias pré-capitalistas, elas, as crises, eram originadas do confronto que ocorria entre uma escassez súbita no abastecimento de bens, provocada por fenômenos naturais (secas, inundações, epidemias, etc.) ou por acontecimentos sociais como guerras e insurreições.

O autor argumenta que, numa economia capitalista, podem acontecer crises econômicas vindas do fenômeno da escassez, mas aponta que as crises mais características desse sistema são as de superprodução. Nessas crises características, o que acontece é uma fase regular do ciclo econômico caracterizada pelo excesso amplo e generalizado da produção sobre a demanda, acarretando o aparecimento de excedentes não consumidos que se constituem em capital parado, vez que a oferta de bens e serviços se torna maior que o consumo.

Essa sucessão de acontecimentos que levam ao surgimento de uma crise ocorre em primeiro lugar no setor de bens de capital, para, em seguida, propagar-se ao setor de bens de consumo. Isso assim ocorre porque acontece uma queda brusca e forte na produção, resultado da queda da demanda, e isso leva, muitas vezes, à falência das empresas, que vêem seu faturamento e lucro cair. O que decorre é a geração de desemprego em massa, que, por sua vez, acarreta uma redução de salários, de lucros, de preços médios praticados na economia, etc. Este conjunto de acontecimentos dá origem ao que podemos chamar de circuito vicioso de pobreza: menos consumo, menos vendas, menos produção, menos empregos, menos salários, quebra nas empresas, queda na arrecadação dos governos e assim sucessivamente.

Mediante este panorama, para reduzir os efeitos negativos do processo, e apoiando-se na teoria macroeconômica keynesiana, os governos procuram adotar medidas que possibilitem aumentar o consumo e o nível de emprego visando recuperar o movimento de crescimento econômico, para dar origem, em contraposição à crise, a um circuito virtuoso da riqueza, ou seja, para originar mais vendas, mais consumo, maior produção, mais empregos, elevação dos salários médios, lucro das empresas, aumento da arrecadação dos governos, e assim por diante. Isto foi chamado, por Keynes, genericamente, como efeito multiplicador positivo da renda (GALBRAITH, 1988).

Entre as diversas medidas passíveis de serem adotadas visando à retomada do crescimento das economias afetadas pelas crises, encontram-se as seguintes: redução de

impostos, aumento dos investimentos em obras públicas por parte dos governos levando ao aumento dos investimentos do setor privado, diminuição das taxas de redesconto e emissão de papel-moeda, diminuição da taxa de juros básicos da economia, criação de linhas de crédito subsidiadas pelos governos, dentre outras.

Grande parte dessas medidas foi teorizada por John Maynard Keynes[3] a partir de sua obra "TGE – Teoria Geral da Economia", da década de 1920, e adotada durante o governo do presidente Franklin Delano Roosevelt[4], nos Estados Unidos, após a depressão de 1929, a mais séria crise econômica mundial, que durou de 1929 a 1933, e que provocou a chamada Grande Depressão.

Contrapondo-se à visão capitalista da crise, a abordagem da questão pela via teórica marxista aponta que a percepção e a interpretação do surgimento das crises econômicas está diretamente ligada à noção de que a crise em si está associada ao conceito de mais-valia resultante da tendência deste sistema de acumulação, pois o capital tende a concentrar-se cada vez mais em poucas mãos. É esse o fato que, segundo Marx (1985), leva ao empobrecimento das classes trabalhadoras mais simples; e por causa disto as crises no sistema capitalista tornam-se cada vez mais frequentes e mais fortes, levando a uma ruptura do sistema.

Como aludido e conforme a teoria marxista, a noção de crise está associada ao conceito de mais-valia devido à tendência do capital de concentrar-se mais e mais em poucas mãos, levando à pauperização relativa da classe trabalhadora; por isso, as crises tornam-se mais frequentes e mais fortes, o que leva o sistema a uma ruptura – efeito que as teorias mais modernas de conjuntura denominam de depressão (SANDRONI, 1999).

Segundo a teoria marxista, o desenvolvimento econômico é entendido como um processo cíclico, dividido em várias fases, com pontos de transformação do sistema nas partes inferior e superior do circuito (ciclo). A partir de um ponto abaixo de sua linha de equilíbrio, o processo de desenvolvimento econômico sairia de uma fase de recuperação para uma fase de expansão, com aumento da taxa de investimento, aumento relativo da soma de salários, acréscimo do consumo. Segue, então, a fase de prosperidade (*boom*), na qual os fatores de produção estariam plenamente ocupados e, em consequência, não poderiam mais fazer crescer a renda nacional e o lucro.

A partir desse momento de ocupação plena, passa a ocorrer um aumento crescente dos preços e uma desorganização no mercado financeiro e de capitais, levando a economia a adentrar num processo de contração, pois os preços, que se mantiveram relativamente estáveis durante a fase de prosperidade, apesar da excessiva taxa de juros para os investimentos, já não se revelam rentáveis. Essa contração é também chamada de recessão, em que a taxa de crescimento da renda nacional decresce em termos absolutos, e, nesse movimento, o agravamento da fase recessiva caracteriza a depressão, levando ao aumento da taxa de desemprego, à queda da capacidade produtiva, à restrição dos investimentos e a uma alta liquidez bancária (BOTTOMORE, 1988).

Evidencia-se que não basta tentar prever o que pode acontecer num determinado país e economia após uma crise; não basta afirmar que o capitalismo é um sistema econômico, que além de cego para a justiça social e para a proteção do ambiente, é inerentemente instável. Isto é verdade, mas também é verdade que, através do esforço secular de construção de seus

---

[3] John Maynard Keynes (1883-1946) - o mais célebre economista da primeira metade do século XX - foi pioneiro na abordagem macroeconômica. Seus estudos sobre o emprego e o ciclo econômico deitaram por terra os conceitos da ortodoxia marginalista, e as políticas por ele sugeridas conduziram a um novo relacionamento, de intervenção, entre o Estado e o conjunto das atividades econômicas de um país (SANDRONI, 1999).

[4] Franklin Delano Roosevelt (1882-1945) - 32º. Presidente dos EUA – foi presidente por quatro vezes consecutivas, no período 1933-45, da Grande Depressão iniciada em 1929 e que foi até a Segunda Guerra Mundial (SANDRONI, 1999).

respectivos Estados, as nações mais avançadas vêm procurando com êxito reduzir essa cegueira e essa instabilidade, conforme ressaltado por Bresser Pereira (2008).

Todavia, os altos e baixos avanços e retrocessos que as sociedades modernas vêm experimentando no que tangencia o progresso econômico, social e político são indiscutíveis, pois, através da democracia, o Estado vem se transformando no instrumento por excelência de ações coletivas das nações.

O resultado desse movimento é o Estado Democrático Social construído principalmente na Europa – uma forma de Estado que o neoliberalismo tentou, embora sem êxito, extinguir desde o momento que alcançou o poder no início dos anos 1980, propugnando pelos conceitos de Estado mínimo e de mercados autorregulados. Ao invés dessa dominação financeira, demonstrando seu caráter irracional, teve como resultado a crise atual – uma crise que provavelmente determinará a perda da sua condição dominante em favor de coalizões políticas mais amplas e democráticas (BRESSER PEREIRA, 2008).

Isso ocorre porque, no sistema capitalista de produção, o crescimento econômico, parte fundamental do processo de desenvolvimento econômico, é entendido como um movimento cíclico, que, de interregno em interregno, se repete, e que é dividido em diversas fases. Essas etapas, por sua vez, são compostas por estágios nos quais se fazem presentes pontos de mudanças na parte inferior e superior do ciclo. (SINGER, 1968)

Assim sendo, a partir de um ponto abaixo de sua linha de equilíbrio, o processo de crescimento econômico normalmente sairia de uma etapa de recuperação para uma de expansão, na qual ocorreria um aumento da taxa de investimento, que, por sua vez, propiciaria um crescimento relativo da soma de salários, proporcionando, então, uma elevação do consumo, levando assim a um processo de desenvolvimento. Nesse contexto, Kuznets (1983, p. 7) comenta:

> Identificamos o crescimento econômico das nações com um aumento sustentado do produto *per capita* ou por trabalhador, acompanhado muitas vezes de um aumento populacional e geralmente de mudanças radicais de estrutura. Nos tempos modernos, são mudanças da estrutura industrial, dentro da qual o produto foi gerado e os recursos foram empregados – fora das atividades agrícolas e no sentido das atividades não agrícolas, num processo de industrialização na distribuição da população entre o campo e as cidades.

Sandroni (1999) conceitua desenvolvimento econômico como sendo o crescimento econômico (aumento do produto *per capita* de um país ou de uma região), acompanhado por efetivas melhorias na qualidade e no padrão de vida da população, bem como por importantes alterações na estrutura de sua economia. Tal posicionamento acarreta a necessidade de se assumir que o desenvolvimento é um processo de transformação estrutural no qual os indivíduos da área sob análise têm participação e vivenciam os resultados do processo, que implica necessariamente a elevação dos indicadores de sua condição de vida.

Mediante esses argumentos, vê-se que o crescimento econômico se constitui numa fase de prosperidade (*boom*), de elevação continuada do patamar das atividades econômicas, fase na qual os fatores de produção passam a sofrer níveis de ocupação que tendem à situação de não poderem mais fazer crescer a renda nacional e o lucro. A partir desse ponto, ocorre uma elevação crescente dos preços, uma desorganização no mercado financeiro e de capitais, entrando a economia em processo de contração, pois os preços, que se mantiveram relativamente estáveis durante a fase de prosperidade, apesar da excessiva taxa de juros para os investimentos, já não se revelam rentáveis.

Nota-se que as crises causam uma contração, também chamada de recessão, pois nela a taxa de crescimento da renda nacional cai, diminuindo de forma constante e em termos absolutos. Desse modo, o agravamento da fase recessiva caracteriza a depressão, momento no

qual acontece elevação na taxa de desemprego, queda da capacidade produtiva, restrição dos investimentos e alta liquidez bancária. (Lluch, 1979).

De acordo com Sandroni (1999), as crises podem ser classificadas em *endógenas* (crises de superprodução, venda, crédito e especulação) e *exógenas* (de causas não econômicas, como guerras, desastres naturais e epidemias). À luz dos fatos explicitados, vê-se que a crise econômica atual tem a maior parte de suas características no setor financeiro, e que, por seu desdobramento, afetou praticamente toda a economia mundial. Isso porque o impacto internacional gerado tem suas raízes na "bolha da Internet" de 2001 e estourou na falência, em setembro de 2008, do tradicional banco de investimento estadunidense Lehman Brothers (fundado em 1850), seguida, no espaço de poucos dias, pela falência técnica da maior empresa seguradora dos Estados Unidos da América, a American International Group (AIG).

Estes acontecimentos obrigaram o governo norte-americano, que se recusara a oferecer garantias para que o banco inglês Barclays adquirisse o controle do cambaleante Lehman Brothers, a se arrepender amargamente. Alarmado com o efeito sistêmico que a falência dessa tradicional instituição financeira provocou nos mercados financeiros mundiais, o governo dos Estados Unidos resolveu, em vinte e quatro horas, injetar oitenta e cinco bilhões de dólares de dinheiro público na AIG, na tentativa de salvar suas operações.

Sem obter sucesso com a medida adotada, em muito pouco tempo, em questão de semanas, a crise, que se imaginava restrita ao cenário norte-americano, atravessou o Atlântico, atingindo grande parte da Europa, e refletiu também no outro lado do Pacífico, nas principais economias da Ásia, levando países até então não considerados no cenário a agir de modo contundente para combater o efeito em cadeia da crise, exemplo da Islândia, que estatizou o segundo maior banco do país.

Neste movimento dominó, grande parte das mais importantes instituições financeiras do mundo, caso do Citigroup e do grupo Merrill Lynch (nos Estados Unidos), do Northern Rock (no Reino Unido), do Swiss Re e UBS (na Suíça) e da Société Générale (na França) apresentaram e declararam terem perdas colossais em seus balanços, o que agravou ainda mais o clima de desconfiança, que se generalizou. No Brasil, diversas empresas de destaque na economia nacional e até internacional (como a Sadia, a Aracruz Celulose e Votorantin) igualmente anunciaram perdas bilionárias.

Mediante esses acontecimentos e buscando evitar o colapso de todo sistema, o governo norte-americano, contrariando todos os procedimentos governamentais e econômicos adotados durante as últimas décadas, reestatizou as agências de crédito imobiliário Fannie Mae e Freddie Mac, privatizadas em 1968, que passaram para o controle do governo por tempo indeterminado.

Esse colapso da economia alastrou-se para o mundo, tanto que, ainda no transcorrer do mês de outubro de 2008, diversos países (como a Alemanha, a França, a Áustria, os Países Baixos e a Itália) anunciaram e passaram a implementar pacotes de socorro monetário aos seus sistemas financeiros, que, em conjunto, somaram inicialmente 1,17 trilhão de Euros (US$ 1,58 trilhão) para ajuda aos organismos do setor. Apesar desses esforços, o PIB da Zona do Euro apresentou uma queda de 1,5% no quarto trimestre de 2008, em relação ao trimestre anterior, a maior contração da história da economia da zona.

Segundo o megainvestidor internacional George Soros[5] (2008), a presente crise teve como estopim uma bolha no mercado de residências ocorrida nos Estados Unidos e que, em

[5] Presidente do Conselho da Soros Fund Management e da Open Society Institute.- Budapeste, 12 de agosto de 1930. É um empresário e homem de negócios norte-americano. É famoso pelas suas atividades enquanto especulador, nomeadamente em matéria de taxas de câmbio, chegando a ganhar um bilhão de dólares, em um único dia, apostando contra o banco da Inglaterra, bem como pela sua atividade filantrópica, que apoiou, entre outros, a Universidade Central Europeia.

certos aspectos, é muito similar às crises que assolaram o mundo desde a Segunda Guerra Mundial, em intervalos de quatro a dez anos. Entretanto, existe uma importante distinção entre essa crise e as anteriores, vez que a atual crise consiste no ápice de um processo de superexpansão econômica (super-*boom*) que ocorreu nos últimos 60 anos, e os processos de expansão-contração (*boom-bust*) giraram e giram ao redor do crédito, envolvendo uma concepção equivocada, que se expressa na incapacidade de se reconhecer a conexão circular reflexiva entre o desejo de emprestar e o efetivo e real valor das garantias colaterais.

Assim sendo, o autor enfatiza que o crédito fácil cria uma demanda que aumenta o valor das propriedades, o que, por sua vez, aumenta o valor do crédito disponível para financiá-las. Esse movimento resultou nas bolhas, que começam a surgir quando as pessoas passaram a comprar casas na expectativa de que sua valorização permitiria a elas refinanciar suas hipotecas, com lucros. É isso, exatamente, o que aconteceu na presente crise, e que é origem do processo de colapso econômico atual, que, ao contrário do que se pode pensar, não tem uma origem tão recente, pois começou de fato com os problemas ocorridos no ano de 2001, do furo da "bolha da Internet" e dos atos do Federal Reserve (o banco central dos Estados Unidos).

Naquele período, com a intenção de proteger os investidores, principalmente os nacionais, Alan Greenspan, então presidente da Reserva Federal Americana, decidiu orientar os investimentos para o setor imobiliário. Para tanto impôs e conduziu uma política monetária de taxas de juros muito baixas acompanhada de redução das despesas financeiras no mercado interno dos Estados Unidos, induzindo os intermediários financeiros e imobiliários nacionais a incitar uma clientela cada vez maior a investir em imóveis, principalmente através da Fannie Mae e da Freddie Mac, agências nacionais que já vinham crescendo muito desde que diferentes governos e políticos dos Estados Unidos as usaram para financiar casas aos mais pobres, atingindo, assim, uma população votante maior.

Nesse processo, o governo americano garantia os investimentos feitos por essas duas organizações, de tal forma que várias instituições financeiras, bancos de vários países do mundo, atraídos pelas garantias do governo norte-americano, acabaram emprestando dinheiro a imobiliárias através da Fannie Mae e da Freddie Mac, que estavam autorizadas a captar empréstimos em qualquer lugar do mundo.

Foi assim criado o sistema das hipotecas “subprimes” - empréstimos hipotecários de alto risco e de taxa variável concedidos às famílias "frágeis", ou seja, para os clientes que apresentavam tanto risco que foram apelidados de “ninja” (do acrônimo, em inglês *no income, no job, no assets*, ou seja, sem renda, sem emprego, sem patrimônio). Na realidade, esse tipo de operação consistia em financiamentos de casas e de imóveis, financiamentos muitas vezes conjugados com a emissão de cartões de crédito concedidos a famílias sobre as quais os bancos sabiam, de antemão, não terem renda familiar suficiente para poderem arcar com suas prestações. Realizavam essas ações visando apenas o lucro financeiro do processo, sem nenhuma ou com muito poucas garantias reais.

Logo a seguir, os bancos que criaram essas hipotecas também passaram a empurrar o processo criando outros derivativos negociáveis no mercado financeiro, que eram, na verdade, instrumentos sofisticados para securitizá-los, isto é, transformá-los em títulos livremente negociáveis - por elas lastreados -, que passaram a ser negociados com outros bancos, instituições financeiras, companhias de seguros e fundos de pensão pelo mundo afora, e, por uma razão desconhecida, as agências mundiais de crédito deram a classificação de grau de qualificação de AAA - a mais alta - a esses títulos (BRESSER PEREIRA, 2008).

O Banco Central dos Estados Unidos – o Federal Reserv, no transcorrer do ano de 2005, aumentou a taxa de juros no mercado interno com a intenção de reduzir a inflação no país, provocando um forte baque no processo. Isto desregulou totalmente a máquina econômica do país, gerando o seguinte processo: o preço dos imóveis caiu de modo

contundente, tornando impossível seu refinanciamento para os clientes ninja; estes, por sua vez, tornaram-se devedores, gerando um volume maciço e em massa de inadimplentes; esse fato gerou uma verdadeira bola de neve, que não parou de crescer até a explosão do sistema em setembro de 2008.

Como consequência lógica, quanto a esses títulos derivativos, ficou impossível a sua negociação, mesmo a qualquer preço, o que desencadeou um efeito dominó, fazendo balançar o sistema bancário internacional, a partir de agosto de 2007. Isso, num efeito cumulativo, provocou a quebra do sistema em setembro de 2008. Este processo deu origem ao que se chamou de Crise do Subprime, sendo o grande fator detonador do atual colapso econômico da economia mundial. Para dar sustentabilidade à discussão, é imperativo especificar no que consistiu e consiste a crise do subprime.

Ressalta-se que o subprime é uma crise financeira que provocou um efeito cascata imenso em grande parte da economia mundial. Esse colapso financeiro foi desencadeado ainda durante o ano de 2006, a partir da quebra de diversas instituições de crédito dos Estados Unidos. Tais estabelecimentos concediam, até então, empréstimos hipotecários de elevado risco (em inglês: *subprime loan* ou *subprime mortgage*), arrastando diversos bancos para uma situação de insolvência e repercutindo fortemente sobre as bolsas de valores de todo o mundo.

A crise foi, de fato, revelada ao mundo a partir do mês de fevereiro do ano de 2007, como sendo uma crise financeira, e que acontecia no coração do sistema capitalista, a economia americana. Era e é, até os dias de hoje, muito grave, e, nas palavras de diversos renomados economistas, a mais grave crise do sistema capitalista desde 1929, com possibilidades, portanto, de transformar-se em crise sistêmica, entendida como uma interrupção da cadeia de pagamentos da economia global - que tende a atingir, generalizadamente, todos os setores econômicos mundiais. Um prenúncio, portanto, da crise econômica atual.

Os subprimes constituíram-se de créditos bancários de alto risco, que incluem desde empréstimos hipotecários até cartões de créditos e aluguéis de carros, e eram concedidos, nos Estados Unidos, como acima se disse, a clientes sem comprovação de renda e com histórico ruim de crédito. Nessas transações, as taxas de juros eram pós-fixadas, isto é, determinadas no momento do pagamento das dívidas. Por essa razão, com a disparada dos juros nos Estados Unidos, muitos mutuários simplesmente se tornaram inadimplentes, isto é, sem condições de pagar as suas dívidas aos bancos. Como os subprimes incluíam uma ampla gama de operações e eram concedidos aos chamados clientes ninja, essas dívidas só eram honradas mediante sucessivas "rolagens", o que foi possível enquanto o preço dos imóveis permaneceu em alta. Quando os juros dispararam nos Estados Unidos - com a consequente queda do preço dos imóveis –, então ocorreu no país um surto de inadimplência em massa. Assim a queda nos preços de imóveis, a partir de 2006, foi uma consequência inexorável e arrastou vários bancos para uma situação de insolvência, situação até então nunca vista na história recente do país, repercutindo fortemente sobre as bolsas de valores de todo o mundo.

Há que se ressaltar que esses empréstimos subprime eram dificilmente liquidáveis, isso é, não geravam nenhum fluxo de caixa para os bancos que os concediam, por isso esses bancos arquitetaram uma estratégia de securitização desses créditos. Então, com o intuito de diluir o risco dessas operações duvidosas, os bancos americanos credores juntaram-nas aos milhares, e transformaram a massa daí resultante em derivativos negociáveis no mercado financeiro internacional, cujo valor era cinco vezes superior ao das dívidas originais. Mediante tudo isto, questiona-se: Como tal situação se tornou possível?

A resposta é simples e hipócrita ao mesmo tempo. Diversos intermediários financeiros do sistema ganharam (ganharam muito), a ponto de o sistema ser chamado de “ilha da fantasia”, e funcionava mais ou menos assim: criaram-se títulos negociáveis cujo lastro eram esses créditos "podres" e esses títulos foram colacados em cirulação como detentores de uma

validade e de um valor que nunca tiveram, pois eram pura especulação financeira. E a venda e a compra, em enormes quantidades, desses títulos lastreados em hipotecas subprime, provocou o alastramento da crise, de origem estadunidense, para os principais bancos do mundo.

Por uma razão que se desconhece, e que hoje, após o estouro, ainda deixa pasmos muitos analistas, tais papéis, lastreados em quase nada, obtiveram o aval das agências internacionais de classificação de risco - de renome até então inquestionável, que deram a eles a sua chancela máxima - AAA -, chancela normalmente dada a títulos tão sólidos quanto os do Tesouro dos EUA, tornando-os muito mais confiáveis do que os bônus do governo brasileiro, por exemplo.

Com essa descabida classificação de risco de tais papéis, tanto os investidores, como os fundos de investimento e os bancos, passaram a disputar a aquisição desses títulos, fato que ocorreu no mundo todo, e esses títulos passaram a servir como garantia para a tomada de novos empréstimos bilionários, alavancados na base de 20 para 1, provocando uma verdadeira ciranda de papéis sem nenhum, ou com muito pouco valor de fato (BRESSER PEREIRA, 2008).

Desse modo, desde outubro de 2008, a crise financeira global levou à falência muitas instituições financeiras nos EUA. e em países europeus, ameaçando o sistema financeiro global, isso porque, a partir do 18 de julho de 2007, a crise do crédito hipotecário norte-americano provocou uma crise de confiança geral no sistema financeiro e falta de liquidez bancária nos Estados Unidos, ou seja, falta de dinheiro disponível para saque imediato pelos correntistas dos bancos.

Tanto assim ocorreu que mesmo os bancos que não trabalhavam com os chamados "créditos podres" foram atingidos pelo processo, como foi o caso, por exemplo, do britânico Northern Rock, que não detinha hipotecas-lixo em seus livros, mas que adotava uma estratégia arriscada - tomar dinheiro emprestado a curto prazo (a cada três meses) às instituições financeiras, para emprestá-lo a longo prazo (em média, vinte anos), aos compradores de imóveis. Viu-se repentinamente abandonado, pois, como consequência do processo, as instituições financeiras deixaram de lhe emprestar dinheiro e, no início de 2007, acabou por se tornar o primeiro banco britânico a sofrer intervenção governamental, desde o longinquo ano de 1860.

Na sequência, temendo que a crise tocasse a esfera da economia real, os Bancos Centrais de diversos países do mundo foram conduzidos a injetar liquidez no mercado interbancário, para evitar o efeito dominó, com a quebra de outros bancos numa ação em cadeia. Procuravam, igualmente, evitar que a crise se ampliasse em escala mundial. Tais ações dos Bancos Centrais ocorreram, contudo, tardiamente e tornaram-se quase inócuas, e a crise se alastrou por grande parte da economia mundial.

Dessa forma, o problema, que se iniciou com as hipotecas subprime norte-americanas, espalhou-se por todas as obrigações financeiras usualmente utilizadas, gerando um devastador efeito colateral, colocando em perigo as empresas municipais de seguros e resseguros, e ameaçando arrasar o mercado de *swaps*[6], multitrilionário em dólares. Assim, as obrigações dos bancos de investimentos em compras alavancadas se tornaram um passivo. Os *hedge-funds*, criados para serem supostamente neutros em relação aos mercados, se provaram não

[6] Segundo Sandroni (1999, p. 585-586), *swap* é um termo em inglês que significa, literalmente, "permuta" e que designa o processo de crédito recíproco ou empréstimos recíprocos entre bancos, em moedas diferentes e com taxas de câmbio idênticas. O *swap* costuma ser utilizado para antecipar recebimentos em divisas estrangeiras e foi criado no início dos anos 1960 para aumentar a liquidez dos diversos países. O mecanismo funciona por meio dos Bancos Centrais de dois países que estabelecem montantes de crédito equivalentes na moeda do outro país, de tal forma que um governo possa sacar contra essa reserva monetária extra quando for necessário. Essa operação ocorre num determinado período de tempo, findo o qual o processo é revertido de acordo com a mesma taxa de câmbio na qual foi feita a operação original.

tão neutros, e tiveram que ser resgatados. O mercado de *commercial-papers* paralisou-se e os instrumentos especialmente criados pelos bancos para tirar as hipotecas de seus balanços já não conseguiam mais encontrar fontes externas de financiamento (*funding*[7]).

O golpe final veio quando o mercado de empréstimos interbancário - que é o núcleo do sistema financeiro - paralisou-se. Os Bancos Centrais de todos os países desenvolvidos se viram obrigados a injetar, rapidamente, nos sistema financeiro mundial, um volume de recursos jamais injetado antes, e a estender créditos para uma variedade de papéis financeiros, e tipo de instituições, jamais socorridos anteriormente.

Segundo um comunicado do FMI de 7 de outubro de 2008, as perdas decorrentes de hipotecas do mercado imobiliário subprime já realizadas contabilizavam 1,4 trilhão de dólares e o valor total dos créditos subprime ainda em risco se elevava a 12,3 trilhões, o que corresponde a 89% do PIB estadunidense.

Diante desses acontecimentos, e seguindo o receituário da teoria keynesiana, vários governos, principalmente o dos Estados Unidos e o das principais economias mundiais, tiveram que, necessariamente, agir, contrariando tudo o que as práticas neoliberais de mercado vigentes até outubro de 2008 apregoavam. Assim, passaram a intervir no sistema, liberando fundos, reduzindo impostos, criando carteiras de financiamento a obras de infraestrutura e outras ações, e passaram a socorrer ativamente as empresas financeiras em dificuldades.

Isso fez-se necessário porque a crise de confiança que passou a afligir o sistema financeiro mundial se agravou e se generalizou, paralisando a economia mundial e o sistema de empréstimos interbancários internacional. Desse modo, um pacote, aprovado às pressas pelo Congresso norte-americano, destinou U$ 700 bilhões de dólares (de dinheiro do contribuinte americano) ao socorro dos banqueiros.

Desde a quebra do banco Bear Stearns até outubro de 2008, o governo estadunidense e o Federal Reserv já haviam dispendido cerca de dois trilhões de dólares no mercado, na tentativa de salvar instituições financeiras. Já os países da UE também dispenderam várias centenas de bilhões de euros na tentativa de salvar seus próprios bancos, e, em abril de 2009, o G-20, reunido em Londres, anunciou a injeção de US$ 1 trilhão na economia mundial, de maneira a combater a crise financeira global.

Evidencia-se que vários motivos contribuíram para a eclosão da crise atual. E, como visto, diversos autores abordam a questão. Dentre eles destaca-se Bresser Pereira (2008), que pondera que a crise consiste numa profunda falta de confiança e que esse fato é decorrente de uma cadeia de empréstimos, originalmente imobiliários, baseados em devedores insolventes que, ao levar os agentes econômicos a preferirem a liquidez e, assim, cobrarem ao invés de renovarem seus créditos, acabou por levar bancos e outras empresas financeiras à situação de quebra, mesmo que elas próprias estivessem solventes.

Para compreender a amplitude da crise, é necessário conceituar e analisar o cenário com muito cuidado. Vejamos então, segundo o autor acima citado, os principais fatos conhecidos. Primeiro, sabemos que é uma crise essencialmente bancária, que ocorre no centro da economia capitalista - a economia norte-americana. Não é, portanto, uma crise financeira de balanço de pagamentos – comum entre os países em desenvolvimento, que tentavam, até os anos 1990, crescer com poupança externa, ou seja, com déficit em conta corrente e endividamento externo.

É certo que grandes déficits em conta corrente marcaram a economia dos Estados Unidos na presente década, e que isto se deu em combinação com grandes déficits públicos, e que esses déficits gêmeos não são estranhos à presente crise bancária; por isso a falta de

[7] Termo do mercado financeiro que geralmente significa a substituição de uma dívida de curto prazo por uma dívida de longo prazo. Originalmente, no entanto, o termo estava relacionado com a substituição de uma dívida fundada por uma dívida com um prazo certo de vencimento (SANDRONI, 1999, p. 256).

confiança não é apenas nas instituições financeiras e no mercado; é também na economia americana como um todo, gravemente enfraquecida por políticas cambiais e fiscais equivocadas[8]; mas esses déficits não são a causa principal da presente crise.

Sabe-se, igualmente, que a causa direta do presente colapso/crise foi a concessão de empréstimos hipotecários de forma irresponsável, para credores que não tinham capacidade de pagar ou que não a teriam a partir do momento em que a taxa de juros começasse a subir, como de fato aconteceu. Sabe-se, também, que esse fato não teria sido tão grave se os agentes financeiros não houvessem recorrido a irresponsáveis "inovações financeiras" para securitizar os títulos podres transformando-os em títulos AAA, e, em seguida, "garanti-los" também irresponsavelmente com o recurso *default credit swap*, ou seja, com uma declaração de insolvência do devedor decretada pelos credores quando as dívidas não são pagas nos prazos estabelecidos e que foi aplicada nos títulos "permutados" via o processo de crédito recíproco ou empréstimos recíprocos entre bancos, em moedas diferentes e com taxas de câmbio idênticas.

Isto significa, em palavras simples, rolagem e circulação de papéis e títulos sem segurança e sem nenhum valor, que foram simplesmente negociados entre operadores financeiros do sistema, e sob vistas grossas dos governos, especialmente o dos Estados Unidos, apoiados na linha de pensamento neoliberal imperante, que argumenta que o mercado resolve tudo, e que o melhor governo é o que menos governa, e viu-se até onde isto nos levou.

Fica patente, então, que as agências de risco, de um lado, estavam muito interessadas em agradar seus clientes e, ao mesmo tempo, tal qual como toda a sociedade americana, se encontravam hipnotizadas pela aparência de sucesso da globalização financeira nos países ricos, principalmente nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha, e, portanto, não tinham condições de avaliar os riscos envolvidos, menosprezando-os.

Retomando, agora, o entendimento da história do capitalismo na segunda metade do século XX, num terceiro momento, os sistemas financeiros nacionais foram sistematicamente desregulados, em meados da década de 1970. Foi então que começou a se formar a atual onda ideológica neoliberal ou fundamentalista de mercado. Neste neoliberalismo, os mercados são considerados sempre eficientes, ou, pelo menos, são considerados mais eficientes do que qualquer intervenção corretiva do Estado, e, portanto, poderiam, perfeitamente, ser autorregulados.

Bresser Perreira (2008) argumenta que, mediante essa nova ideologia, o mercado, desde o governo Reagan nos Estados Unidos, se transformou no instrumento do *soft power*[9] americano. Isso porque este era o sistema econômico mais eficiente, compatível exclusivamente com o Estado Democrático Liberal ainda dominante nos Estados Unidos.

Seria também, segundo essa visão, o único caminho de desenvolvimento, não apenas para os países ricos da Europa, que haviam construído o Estado Democrata Social e que deveriam agora desmontá-lo, mas também para os países de renda média que, como aconteceu com todos os países ricos na fase correspondente de desenvolvimento econômico, vivenciaram um processo de crescimento, porém com um grau de intervenção maior do Estado, no quadro do Estado Desenvolvimentista, e só mais tarde privatizaram e reduziram

---

[8] Discuti esta questão em "Economia Política da Desgovernança Global" (*Estudos Econômicos* 37 (3), 2007: 463-486).

[9] *Soft power* (do inglês, "poder suave") é um termo muito utilizado, na teoria de relações internacionais, para descrever a habilidade de um corpo político, como um Estado, para influenciar, indiretamente, o comportamento ou interesses de outros corpos políticos por meios culturais ou ideológicos. O termo foi usado pela primeira vez pelo professor de Harvard Joseph Nye. Ele desenvolveu o conceito em seu livro de 2004, "Soft Power: the means to success in world politics" ("Soft Power: os meios para o sucesso no mundo da política"). Embora sua utilidade como uma teoria descritiva tenha sido muitas vezes desafiada, o *soft power* entrou, desde então, em discursos políticos como uma maneira diferente de distinguir os efeitos sutis de culturas, dos valores e das ideias no comportamento de outros.

essa intervenção. Assim, de acordo com a ideologia neoliberal, a alternativa mais avançada da Europa seria "intervencionismo superado", enquanto que, para as estratégias nacionais de desenvolvimento dos países em desenvolvimento, seria "populismo terceiro-mundista".

O quarto ponto refere-se ao fato de que essa ideologia ultraliberal era legitimada nos Estados Unidos via teoria econômica neoclássica[10], apoiada nos pontos do modelo de gestão macroeconômica proposto pelos economistas clássicos, que acreditavam na "mão invisível" do mercado e que consagraram três princípios: a-) As forças de mercado com o passar do tempo tendem a equilibrar a economia a pleno emprego, ou seja, quando a demanda e a oferta por mão-de-obra se igualam; b-) As variáveis reais da economia e os preços relativos desenvolvem trajetórias diferentes e independentes da política monetária, ou seja, a quantidade de moeda não afeta a capacidade produtiva e laboral de uma economia; e, por último: c-) A quantidade de moeda afeta apenas o nível geral dos preços.

Para os economistas ligados a essa corrente do pensamento econômico, o progresso técnico torna o fator trabalho mais produtivo e, desde que a oferta de trabalho reaja positivamente ao salário-real, elevará o nível de emprego e o salário real e leva a uma queda no nível de preços. Ocorre que esta linha de pensamento então entrou em crise, e foi substituída pela teoria macroeconômica keynesiana, que se tornou dominante até meados dos anos 1970, substituição que voltou a reverter-se, a partir de então, por razões essencialmente ideológicas.

Bresser Pereira (2008) argumenta que economistas, como Milton Friedman[11], James Buchanam[12] e outros, apontaram então suas armas teóricas contra o Estado, e se encarregaram de demonstrar "científica e matematicamente", que o pensamento e modo de gestão neoliberal era o correto, usando, para tanto, pressupostos do *homo economicus*, o homem consumidor econômico, que apoia seus atos e escolhas na razão, que é dotado de grande integridade moral e que faria suas escolhas de modo racional, usando um método de pesquisa teórica hipotético-dedutivo que não pode ser dominante em uma ciência social como é a economia.

Quanto ao quinto ponto, sabe-se que esse enfoque da teoria econômica não foi utilizado nem pelos formuladores de política macroeconômica dos diversos governos neoliberais, nem pelos analistas da conjuntura macroeconômica nos jornais e nas publicações especializadas e nas empresas. Sequer foram utilizados, porque, de modo pragmático,

---

[10] Economia Neoclássica é uma escola do pensamento econômico que foi dominante entre 1870 e 1930 e que consiste numa corrente de pensamento econômico para a qual o Estado não deveria se intrometer nos assuntos do mercado, deixando que o mercado fluísse livremente, ou seja, o Liberalismo econômico. Surgiu em fins do século XIX, com o austríaco Carl Menger (1840-1921), o inglês William Stanley Jevons (1835-1882) e o suíço Léon Walras (1834-1910). Posteriormente se destacaram o inglês Alfred Marshall (1842-1924), o sueco Knut Wicksell (1851-1926), o italiano Vilfredo Pareto (1848-1923) e o estadunidense Irving Fisher (1867-1947). Pode ser dividida entre diferentes grupos, como a Escola Walrasiana, a Escola de Chicago e a Escola austríaca. (SANDRONI, 1999).

[11] Milton Fridman (1912-2006) é o economista norte-americano que recebeu o Nobel de Economia em 1976. Principal teórico da escola monetarista e membro da Escola de Chicago. Para ele, a provisão de dinheiro é o fator central de controle do desenvolvimento econômico, e variações da atividade econômica não se explicam pelas variações do investimento, mas, sim, pelas variações da oferta de moeda. Dessa maneira, intervenções multiformes do Estado na economia de um país poderiam ser substituídas pelo controle científico da evolução da massa de moeda em circulação. Assim, a política monetária visaria à redução das possibilidades de intervenções da autoridade pública e à introdução, no sistema, de um grau mais elevado de autorregulação dos aspectos do ambiente social que são determinantes do funcionamento da economia.

[12] James McGill Buchanan Jr. (1919-) é um economista estadunidense da corrente econômica neoliberal, fundador e principal expoente da teoria da Escolha Pública (*Public Choice*), professor do Instituto Politécnico de Virgínia. Buchanan retoma a tradição de explicação da sociedade via o artifício do contrato social (via pensadores como Hobbes, Locke, Rousseau e Kant), e por isso é tido, além de pensador neoliberal, como pensador neocontratualista, junto com nomes como Robert Nozick e John Rawls. Foi graças ao desenvolvimento das bases para uma teoria contratualista e constitucional da tomada de decisão econômica e política que Buchanan ganhou o Prêmio Nobel de Economia de 1986.

formuladores e analistas da política macroeconômica sabiam que a teoria neoclássica não tem força de vaticínio e também porque a própria teoria macroeconômica neoclássica reconhece esse fato ao pressupor que os mercados sejam eficientes, dispensando assim qualquer outra política econômica, que não seja a de ajuste fiscal; onde o resto deve ser liberalizado, desregulado, já que os mercados seriam autorregulados.

Como os governos e os analistas precisavam orientar, de modo pragmático, sua política monetária, continuaram a usar o instrumental keynesiano. E, com muita desfaçatez, os experimentos macroeconômicos neoclássicos foram reservados para os países em desenvolvimento. Já em relação à microeconomia, ou seja, à teoria do funcionamento dos mercados, o comportamento mudou, pois, muito embora a microeconomia marshalliana não constitua um modelo dos sistemas econômicos reais, é um bom instrumento para a análise de mercados, desde que não ocorra o pressuposto de que estes caminham para o equilíbrio geral.

Isso assim é porque é da teoria microeconômica neoclássica e do seu modelo maior – o modelo de equilíbrio geral – que deriva a eficiência intrínseca e o caráter autorregulado dos mercados. Assim, portanto, com apoio nesta área da teoria econômica é que se promoveu, irresponsavelmente, a desregulação dos mercados financeiros mundiais. No caso da política macroeconômica, os países ricos, liderados pelos Estados Unidos, fugiram das suas próprias recomendações, reservadas apenas aos países em desenvolvimento, que aceitaram a ortodoxia convencional; não escaparam, porém, da prescrição microeconômica desreguladora, e assim acabaram por agir como o escorpião que morde sua própria cauda (BRESSER PEREIRA, 2008).

Um sexto ponto, neste cenário de crise atual, é quando vemos o Estado surgir, em cada país, como a mais importante, senão a única, tábua real de salvação do sistema, como o único possível porto seguro para a recuperação das economias do mundo inteiro. Fica evidente o absurdo da oposição entre mercado e Estado proposta pelos neoliberais e neoclássicos, e o caos que esse procedimento gerou.

> Um liberal pode opor coordenação do mercado à do Estado, mas não pode se colocar, como os liberais se colocaram, contra o Estado, buscando diminuí-lo e enfraquecê-lo. O Estado é muito maior do que o mercado; é o sistema constitucional-legal e a organização que a garante; é o instrumento por excelência de ação coletiva da nação. Cabe ao Estado regular e garantir o mercado, e, como vemos agora, servir de emprestador de última instância. (BRESSER PEREIRA, 2008, p. 6-7).

Mediante tudo o que foi exposto, a seguir se apresentam, cronologicamente, os principais fatos que envolvem o surgimento, a eclosão e a expansão da crise econômica mundial atual. Busca-se demonstrar os fatos que levaram à ocorrência da crise e evidenciar como os acontecimentos se deram.

EPISÓDIOS E DESDOBRAMENTOS DA CRISE MUNDIAL ATUAL

Janeiro a dezembro/2001

- Com os juros em baixa, os norte americanos, apoiados na política econômica do Fed, refinanciam seus imóveis, pegando dinheiro na troca. Como consequência, os valores dos imóveis começaram a subir.

Janeiro a dezembro/ 2002-2004

- A farra especulativa continua de forma desenfreada.

Agosto/2005

- O aumento da procura faz os preços dos imóveis atingirem um recorde histórico por um movimento forçado e
- O ciclo da alta dos preços chega ao final.

Maio/2006

- Ben Bernank, presidente do Fed, faz um pronunciamento em que mostra preocupação com a inflação do país.

Junho/2006

- Como reação a essa inflação crescente, a taxa de juros é elevada para 5,25% ao ano, o maior nível desde 2001. Com juros mais altos, a atratividade do mercado imobiliário fica menor e o valor dos imóveis norte-americanos começa a cair.

Julho a dezembro/2006

- Com os preços dos imóveis em baixa, novas hipotecas alcançam valores menores e empresas de concessão de crédito do setor passam a enfrentar a inadimplência - 4,95% dos empréstimos imobiliários não foram pagos no 4º trimestre de 2006.

Março/2007

- A crise imobiliária chega às bolsas de valores. Com as prestações de imóveis pressionando o orçamento, os americanos têm menos dinheiro para o consumo. Assim, a demanda agregada, o motor da economia, começa a arrefecer seu ritmo e a economia americana começa a diminuir seu ritmo de crescimento, como consequência, a desaceleração preocupa o mercado e os preços caem.

Abril/2007

- Sem financiamento de seus credores e atingida pela inadimplência, a New Century, uma das maiores empresas de crédito imobiliário dos EUA – voltada principalmente ao setor do subprime (empréstimos de alto risco) – pede a proteção da lei de FALÊNCIAS dos Estados Unidos.

Junho/2007

- O banco norte-americano Bear Stearns anunciou uma queda de 30% no lucro do segundo trimestre de 2007 por causa dos créditos imobiliários.
- A Countrywide Financial, maior empresa do ramo de crédito hipotecário dos Estados Unidos, divulgou queda no lucro e reduziu suas projeções para os meses seguintes.

Julho/2007

- Ben Bernank admite que as perdas ligadas a crédito imobiliário de risco podem atingir U$100 bilhões, e isto era apenas a ponta do iceberg.

Agosto/2007

- Preocupado com a redução da atividade econômica, o Fed corta a taxa de juros de seus empréstimos para bancos comerciais. Ademais, o Banco Central norte-americano faz injeções bilionárias na economia para garantir a liquidez do sistema. Em um único dia foram liberados, para o mercado, U$ 38 bilhões.
- As quebras de empresas de crédito começam a se multiplicar. As empresas American Home Mortgage e Ameriquest pedem falência. A Countrywide, maior do setor, quase vai à lona. A essa altura, cerca de uma centena de empresas já tinham sido gravemente afetadas pela crise.
- A crise chega à Europa. O banco francês BNP Paribas suspende, por meio de um congelamento, os resgates de três fundos ligados ao mercado do subprime (investimento lastreados em hipotecas de alto risco) nos EUA.

Setembro/2007

- Ações do Northern Rock, quinto maior provedor de hipotecas do Reino Unido, desabam mais de 30% na Bolsa. Clientes sacam rapidamente US$ 4 bilhões, gerando pânico, e o Fed corta mais uma vez a taxa de juros.

Outubro/2007

- O lucro líquido do Citigroup cai 57% no terceiro trimestre de 2007, em relação a igual período de 2006, por conta dos ativos lastreados em hipotecas.

Novembro/2007

- Financiadores das empresas de crédito, os bancos anunciam perdas bilionárias ligadas à crise hipotecária. O Citigroup informa perdas de U$6,8 bilhões; o Morgan Stanley, de U$3,7 bilhões; o Merril Lynch, de U$8,4 bilhões. A crise derruba os presidentes do Citigroup e do Merril Lynch.

Dezembro/2007

- Tentando frear o movimento ascendente da crise na intenção de evitar o colapso do sistema, o então presidente dos EUA, George W. Bush, anuncia um plano de congelamento por cinco anos, dos juros das hipotecas de alto risco, com benefícios para até 1,2 milhões de pessoas.

Janeiro/2008

- O índice de "calote" das hipotecas imobiliárias chega a 21%. Como medida emergencial, o Fed faz dois cortes seguidos na taxa de juros da economia.
- O banco Douglass, no Estado do Missouri, é fechado pela autoridade monetária dos EUA e se torna a 1ª vítima da crise no ano.

Fevereiro de 2008

- O banco Credit Suisse tem queda de 72% em seu lucro líquido do quarto trimestre de 2007 e, em crise, o banco britânico Northern Rock é nacionalizado (estatizado) pelo governo inglês.
- Os EUA divulgam um crescimento de 2,2% do Produto interno Bruto (PIB) no ano anterior (2007), o menor desde 2002. O Congresso aprova um plano de U$168 bilhões para estimular o consumo e conter a desaceleração da economia.

Março de 2008

- A maior seguradora do mundo, a AIG, anuncia perdas de US$ 5,3 bilhões no quarto trimestre de 2007.
- Quase falido, o banco Bear Sterns é salvo ao ser comprado pelo J.P Morgan com ajuda do FED, e mais um Banco fecha as portas: o Hume Bank, no Estado do Missouri.
- A compra se dá com o JP Morgan pagando, pelo Bear Stearns, US$ 236,2 milhões, ou US$ 2,00 por ação. Um ano antes, o papel era negociado a US$ 70,00.

Abril de 2008

- O banco Wachovia, quarto maior dos Estados Unidos, tem um prejuízo de US$ 393 milhões no primeiro trimestre de 2008 e corta 41% dos dividendos distribuídos aos seus acionistas.
- O Fundo Monetário Internacional (FMI) calcula em U$945 bilhões o custo da crise – que qualifica como a maior desde a década de 1930 – para o sistema financeiro mundial.

Maio de 2008

- A agência de crédito hipotecário Fannie Mae anuncia prejuízo de US$ 2,19 bilhões no primeiro trimestre e também reduz dividendos.
- O número de bancos com problemas nos EUA chega a 90, o maior nível desde 2004.

Junho de 2008

- O banco norte-americano IndyMac anuncia quebra.

Julho/2008

- As ações das gigantes do financiamento imobiliário Fanni Mae e Freddie Mac sofrem um tombo de quase 30% em um único dia. Em resposta, o governo dos EUA aprova um pacote de medidas para ajudar os mutuários a renegociar as prestações da casa própria, com isenção de impostos e ajuda às empresas.

- O Indymac Bancorp, especialista em hipotecas, sofre intervenção do governo federal. A autoridade regular dos EUA fecha o First National Bank of Nevada e o First Heritage Bank N.A, bancos que atuam nos Estados de Nevada, do Arizona e da Califórnia.

Agosto/2008

- A inflação anual dos EUA chega a 4,5%, a maior em 17 anos. Ao mesmo tempo, a renda pessoal cai 0,7%, no maior recuo desde 2005.

- As perdas das gigantes de financiamento imobiliário Freddie Mac e Fannie Mae chegam a 80% desde o início do ano. Mais três instituições financeiras fecham as portas, somando dez desde o início do ano.

Setembro/2008

- O Tesouro dos Estados Unidos avisa que fará o resgate das agências hipotecárias Fannie Mae e Freddie Mac e oferece garantias de até US$ 100 bilhões para as dívidas de cada uma delas.

- O banco Lehman Brothers pede proteção à lei de falências e ocasiona a maior queda nas bolsas dos Estados Unidos desde 11 de setembro de 2001.

- O terceiro maior banco britânico, o Barclays, anuncia que vai adquirir o conjunto das atividades norte-americanas e a sede do gigante dos investimentos Lehman Brothers, por US$ 1,75 bilhão.

- O Banco Central dos EUA nacionaliza a seguradora AIG, concedendo-lhe um crédito de US$ 85 bilhões em troca de 79,9% de seu capital.

- O Tesouro dos EUA anuncia a criação de um plano de socorro à economia de cerca de US$ 700 bilhões para comprar os títulos hipotecários que perderam valor e ameaçavam os bancos em crise.

- O lucro do banco Goldman Sachs desaba 70% no terceiro trimestre e passa para US$ 845 milhões, ou US$ 1,81 por ação.

- Os seis principais bancos centrais do mundo anunciam uma "medida coordenada" de injeção de bilhões de dólares no mercado financeiro para enfrentar a falta de liquidez.

- O Merrill Lynch é vendido ao Bank of América por US$ 50 bilhões, preço bem abaixo do que valia um ano antes.

- O Fed aceita a proposta que transforma o Goldman Sachs e o Morgan Stanley em bancos comerciais.

- O grupo empresarial Berkshire Hathaway, dirigido pelo multimilionário americano Warren Buffett, anuncia o investimento de US$ 5 bilhões no banco Goldman Sachs, para reforçar a capitalização e a liquidez da entidade.

- Após a liberação do Fed para se transformar em um banco comercial, o banco Morgan Stanley congelou as negociações para uma fusão com o também americano Wachovia.

- O banco britânico Lloyd TSB compra o concorrente HBOS, que estava falindo.

- O Fed volta a intervir no mercado e injeta US$ 20 bilhões no sistema financeiro do país para aumentar a liquidez

- Diante da dificuldade de aprovação do pacote de socorro à economia, o então presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, utiliza um discurso mais rígido e afirma que a economia norte-americana pode entrar em recessão.

- A crise se agrava com a quebra do sexto maior banco norte-americano, o Washington Mutual (WaMu), e a venda de suas atividades bancárias ao banco JPMorgan Chase por apenas US$ 1,9 bilhão

- O Congresso dos EUA fecha acordo sobre pacote econômico, que liberaria US$ 700 bilhões para socorrer o setor financeiro.

- Dois bancos europeus, o britânico Bradford & Bingley e parte do belga Fortis, são nacionalizados devido à crise.

- No Brasil, o Grupo Sadia anuncia perdas de R$ 760 milhões com operações no mercado financeiro e a Aracruz também admite perdas, mas não diz quanto.

- A Câmara de Representantes dos Estados Unidos surpreende e rejeita o pacote de socorro ao setor financeiro, apesar de acordo prévio anunciado. A questão polariza-se em função do final do governo Busch e do início do governo Obama, e da difícil decisão com a qual o Congresso americano se deparou, socorrer ou não o sistema que operava com lucros privados imensos, que agora, em crise, quer que o prejuízo seja público. Isso aconteceu porque, para socorrer o sistema, outros setores da sociedade americana, outros programas – principalmente sociais – dos Estados Unidos tiveram que ser interrompidos.

- O Silver State Bank, de Nevada, é o 11º banco norte-americano a falir só em 2008. O Nevada State Bank assume suas operações.

- O governo dos Estados Unidos assume o controle das gigantes hipotecárias Freddie Mac e Fannie Mae, empresas que detêm quase metade das dívidas com hipotecas no país. A intervenção provoca euforia no mercado, mas o bom humor dura pouco, com renovação das preocupações com a crise.

- O banco de investimentos Lehman Brothers anuncia um prejuízo de U$3,9 bilhões. Na semana seguinte, quebra, arrastando as bolsas mundiais a quedas históricas. Também perto da falência, a seguradora AIG recebe um empréstimo de U$85 bilhões do Fed para se manter operando e não agravar ainda mais a situação.

- Os BCs mundiais injetam centenas de bilhões de dólares no mercado para controlar os danos da crise. Em uma só tacada, o Fred despeja US$180 bilhões nos mercados.

- O Tesouro dos Estados Unidos anuncia um plano de US$700 bilhões para estancar a crise. Um fundo deverá recomprar os créditos podres em circulação (com lastro no mercado imobiliário), cortando o problema “pela raiz”. O anúncio leva os mercados a um rali, com altas de quase 10% na Europa e no Brasil.

- O banco JP Morgan assume o controle de seu problemático concorrente Washington Mutual, com a ajuda das autoridades federais.

- O Congresso dos EUA rejeita o pacote bilionário de ajuda aos bancos e, apesar de acenar com possibilidade de uma nova votação sobre o assunto, os mercados reagem muito mal. À guisa de exemplo, na Bovespa, a queda ultrapassa os 10% e interrompe as negociações pela primeira vez em quase dez anos.

Outubro/2008

- Depois de longo debate, o Senado dos EUA aprova um novo pacote de resgate financeiro, que mantém os gastos de até US$ 700 bilhões, porém o novo projeto tem de voltar à Câmara. E, dada a urgência da questão, a Câmara dos Representantes dos Estados Unidos aprova, dois dias depois de ter sido aprovada pelo Senado, a nova versão do pacote financeiro,.

- No Brasil, a Aracruz anuncia perda de R$ 1,95 bilhão no mercado financeiro.

- O presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, sanciona a lei que permite colocar o plano financeiro em vigor, dizendo que a ação é "vital para ajudar a economia americana a superar a tempestade financeira".

- O Bank of America anuncia que está disposto a gastar até US$ 8,4 bilhões para reestruturar os empréstimos hipotecários dos clientes de sua nova filial Countrywide, adquirida em julho, quando estava à beira da falência.

- O governo e os bancos da Alemanha fecham um acordo para a criação de um plano de 50 bilhões de euros para evitar a quebra do banco Hypo Real Estate (HRE).

- O banco americano Wells Fargo consegue anular, com um recurso de apelação, a decisão do juiz de Nova York que ordenava o congelamento da fusão com o Wachovia.

- Apesar da aprovação do pacote de socorro nos EUA, os investidores começam a desconfiar da eficácia do plano e, temendo que possa acontecer uma recessão global, os mercados desabam e, no Brasil, a Bovespa interrompe as negociações por duas vezes na segunda-feira, dia 6 de outubro, depois de recuar mais de 15%.

- Para tentar conter o avanço da crise, os bancos centrais no mundo divulgam uma série de medidas. O Fed diz que vai colocar mais US$ 450 bilhões à disposição do sistema financeiro e anuncia uma medida sem precedentes: comprar papéis de curto prazo emitidos por empresas.

- O Fed e mais cinco bancos centrais, incluindo o europeu, anunciam um calendário de operações de refinanciamento, ação conjunta de socorro ao sistema financeiro mundial.

- A União Europeia decide elevar a garantia dos depósitos bancários de 20 mil euros para 50 mil euros e diz que não permitirá que nenhum grande banco quebre na região.

- O governo britânico discute com instituições financeiras uma injeção maior de recursos públicos no sistema. Fontes dizem que três grandes bancos ingleses (o Royal Bank of Scotland, o Lloyds TSB e o Barclays) buscavam um socorre de cerca de 15 bilhões de libras (US$ 26 bilhões) cada um, para enfrentar a crise global e conseguiram.

- Em relatório, o Fundo Monetário Internacional (FMI) sugere que o pior da atual crise financeira global ainda está por vir.

- A então porta-voz da Casa Branca, Dana Perino, diz que a crise financeira internacional já afeta mercados emergentes como o brasileiro.

- No Brasil, tardiamente em função das eleições, o Banco Central e o Ministério da Fazenda anunciam ações para evitar que os problemas financeiros mundiais reflitam no país. Entre as medidas, está o aumento do limite da dedução de compulsórios para R$ 300 milhões, a disponibilização de R$ 24 bilhões exclusivos para a compra de carteira de bancos menores e a ampliação da linha de crédito para exportações em R$ 5 bilhões.

- Os principais bancos centrais do mundo decidem reduzir suas taxas básicas de juros, em uma ação emergencial conjunta sem precedentes.

- O FMI prevê uma forte freada no crescimento da economia mundial em 2008 e 2009. Para os Estados Unidos, a projeção de crescimento baixou para 0,1%. Para a América Latina, a expectativa é de uma expansão de 4,6%.

- O Reino Unido anuncia um plano interno de ajuda ao setor bancário e a economia, plano que vai custar 50 bilhões de libras (equivalente a US$ 90 bilhões), mas o primeiro-ministro britânico, Gordon Brown, defende um plano europeu de ação conjunta e de socorro ao sistema financeiro.

- No Brasil, o Banco Central decide vender dólar no mercado à vista, prática que não adotava desde 2003, para tentar reduzir a cotação da moeda, que subia forte.

- O G-7 (grupo dos sete países mais industrializados do mundo - Estados Unidos, Japão, Alemanha, Reino Unido, França, Itália e o Canadá) anuncia um plano conjunto de cinco pontos de combate à crise financeira, que inclui o uso de "todas as ferramentas disponíveis" para evitar a quebra de bancos grandes.

- O G-20[13] – (é um grupo formado pelos ministros de finanças e chefes dos bancos centrais das 19 maiores economias do mundo mais a União Europeia – ou seja, formado por África do Sul, Alemanha, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, China, Coreia do Sul, Estados Unidos, França, Índia, Indonésia, Japão, México, Reino Unido, Rússia, Turquia e União Europeia[14]) - organismo que reúne países avançados e nações em desenvolvimento, se comprometeu a utilizar "todas as ferramentas" financeiras e econômicas para assegurar a estabilidade.

- Líderes dos países da zona do euro, reunidos em cúpula extraordinária, decidem permitir um refinanciamento bancário "limitado" até o final de 2009 para evitar quebras.

- O governo dos EUA anuncia uma série de medidas extras para ajudar os bancos em dificuldades, dentre elas, a liberação de US$ 250 bilhões de um pacote de US$ 700 bilhões para entrar no capital das instituições financeiras que quiserem.

- O Citigroup apresenta o quarto prejuízo trimestral consecutivo. No terceiro trimestre, o banco registrou perda de US$ 2,8 bilhões, contra um lucro de US$ 2,2 bilhões apresentado em igual período de 2007.

- Os deputados alemães aprovam um pacote de socorro de 480 bilhões de euros para ajudar os bancos em dificuldade.

- A Holanda anuncia a injeção de 10 bilhões de euros no banco holandês ING.

- O Banco do Japão injeta mais US$ 50,168 bilhões no sistema financeiro nacional para atender à demanda de liquidez.

- O governo francês concede um empréstimo de 5 bilhões de euros para sete bancos, para devolver o crédito às famílias e às empresas.

- O FMI concede um empréstimo de US$ 2,1 bilhões para a Islândia, cujo setor bancário ficou arruinado com a crise.

- Para tentar conter a queda brusca no preço do barril de petróleo, a Opep (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) reduz a produção do cartel em 1,5 milhão de barris diários para tentar manter os preços mais elevados.

- O FMI disponibiliza um empréstimo de US$ 16,5 bilhões à Ucrânia para ajudar a manter a estabilidade econômica do país.

- O Banco de Israel reduz sua principal taxa de juros em 0,25 ponto percentual, baixando à taxa para 3,5% anual, para atenuar os efeitos da crise.

- O governo dos Estados Unidos libera mais US$ 125 bilhões para nove grandes bancos americanos.

- O Banco Central dos EUA concede uma linha de crédito de US$ 30 bilhões ao Brasil, com validade até 30 de abril de 2009. O anúncio também inclui, com o mesmo montante e prazo, o BC de Cingapura, o Banco da Coreia e o Banco do México. A intenção é demonstrar que essas economias, que estavam mais estáveis naquele momento, eram merecedoras de crédito por causa disto, passando uma mensagem, ao sistema financeiro mundial, de confiança na recuperação econômica.

- O Banco Central dos EUA reduz a taxa básica de juros nacional em 0,5 ponto percentual, ou seja, ela passou para 1% ao ano. É a sexta intervenção no ano.

- O Produto Interno Bruto (PIB) dos EUA recua 0,3% no terceiro trimestre em relação ao mesmo período do ano passado, pouco menos dos que a queda de 0,5% esperada por analistas.

---

[13] http://pt.wikipedia.org/wiki/G20.

[14] Alemanha, Áustria, Bélgica, Bulgária, Chipre, República Tcheca, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Irlanda, Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Países Baixos, Polônia, Portugal, Reino Unido, Romênia, Suécia. Em negociação - República da Macedônia, Croácia e Turquia. (http://pt.wikipedia.org/wiki/Uni%C3%A3o_Europeia).

- O Japão lança um pacote de medidas para estimular a atividade de sua economia, a segunda maior economia mundial, totalizando 26,9 trilhões de ienes (US$ 277 bilhões). Deste valor, cinco trilhões de ienes (US$ 48,5 bilhões) serão destinados aos gastos públicos.

- O banco regional americano Freedom Bank quebra, tornando-se a 17ª instituição bancária a ir à bancarrota nos Estados Unidos em 2008.

- Pressionado pelo governo Bush, o Senado se adianta à Câmera e aprova o pacote de resgate dos mercados, acrescentado de algumas vantagens aos contribuintes. O mercado reage com cautela. No dia seguinte, as bolsas sofrem um novo revés.

- Em um dia tenso, a Câmera dos EUA volta atrás e aprova o pacote modificado de US$ 700 bilhões. O plano é sancionado em seguida pelo presidente Bush. Ainda assim, o pessimismo predomina e as bolsas caem.

- A aprovação dos pacotes não foi suficiente para acalmar os temores dos investidores. Na Europa e na Ásia foram registradas perdas de mais de 5%. A Bovespa interrompeu os negócios duas vezes após a queda de 10% e de 15%.

Novembro/2008

- O governo austríaco compra por dois euros (um valor simbólico), 99,78% do Banco Kommunalkredit Áustria, especializado em financiamentos e que se converteu no primeiro banco nacionalizado no país devido à crise financeira mundial.

- O segundo banco da Alemanha, o Commerzbank, pede ao governo uma injeção de capital de 8,2 bilhões de euros e 15 bilhões de euros a mais em garantia de suas dívidas, convertendo-se no primeiro a recorrer ao plano de resgate governamental.

- O governo alemão aprova um pacote de estímulo de 23 bilhões de euros destinado a ajudar sua economia, a maior da Europa e o maior exportador mundial a evitar os piores efeitos de uma forte desaceleração econômica.

- O FMI aprova um empréstimo de 12,3 bilhões de euros para a Hungria, visando a ajudar o país a superar as dificuldades decorrentes da crise financeira mundial.

- O Banco Central Europeu (BCE) reduz sua principal taxa de juros em meio ponto percentual, passando a 3,25% anual para estimular a economia da zona do euro.

- A taxa de desemprego nos EUA sobe para 6,5%, seu nível mais alto desde março de 1994. Ao todo, 240 mil postos de trabalho foram fechados.

- A democrata Nancy Pelosi, presidente da Câmara de Deputados americana, pede que o governo dos Estados Unidos lance outro pacote de socorro à economia norte-americana, dado o agravamento da crise.

- A China anuncia um plano de retomada econômica de 4 trilhões de yuans (US$ 586 bilhões) até o fim de 2010, visando estimular a demanda interna diante da desaceleração do crescimento do PIB e da estagnação das exportações.

- O gigante alemão de logística Deutsche Post põe fim à sua fracassada tentativa de expansão para os EUA, ao anunciar o corte de 15.000 postos de trabalho na empresa depois de ter registrado um prejuízo de bilhões de dólares com a crise financeira.

- O BC dos EUA faz um leilão de US$ 150 bilhões para os bancos em uma operação de refinanciamento a 17 dias para injetar liquidez nos últimos dias do ano.

- O governo dos Estados Unidos faz uma reestruturação no socorro da AIG e disponibiliza mais de US$ 150 bilhões em empréstimos a empresa, depois que a seguradora reportou prejuízo de US$ 24,5 bilhões no terceiro trimestre.

- A 2ª maior empresa de venda de artigos eletrônicos dos Estados Unidos, a Circuit City, recorre à lei de quebras e obtém uma linha de crédito de US$ 1,1 bilhão para combater a queda de suas vendas.

- A Fannie Mae, gigante do refinanciamento imobiliário americano sob proteção estatal, registra um prejuízo colossal de US$ 28,99 bilhões no terceiro trimestre do ano.

- O governo dos Estados Unidos anuncia um plano para ajudar os proprietários de imóveis em dificuldades a fim de prevenir a execução de suas hipotecas, por meio da modificação nas condições de pagamento dos empréstimos obtidos, fato inédito do país.

- O Citigroup promete ajudar até 500 mil pessoas a pagarem prestações da casa própria que estão atrasadas e socorro esta que totaliza cerca de US$ 20 bilhões. O objetivo é estimulá-los a manter em dia o pagamento de suas hipotecas, evitando o despejo.

- O Banco Mundial anuncia que quase triplicará sua capacidade de empréstimos a países em desenvolvimento, destinando até US$ 100 bilhões para estes em três anos.

- O secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Henry Paulson, diz que o governo desistirá de seu plano de compra de papéis podres dos bancos, e exclui a possibilidade do uso do pacote de US$ 700 bi para ajudar as montadoras em crise.

- O banco americano Morgan Stanley inicia as atividades como banco comercial reduzindo seus efetivos em cerca de 10% em várias de suas atividades.

- A Alemanha, maior economia da zona do euro, registrou uma recessão técnica pela redução do Produto Interno Bruto (PIB) durante dois trimestres consecutivos.

- No Brasil, o Banco Central anuncia uma nova medida no depósito compulsório dos bancos, que envolve cerca de R$ 40 bilhões. A partir do próximo dia 1º de dezembro, o recolhimento compulsório adicional sobre depósitos a prazo, à vista e de poupança não será feito em dinheiro, mas em títulos públicos.

- O fabricante de automóveis alemão Opel, filial da americana General Motors, ameaçado de falência, pede ajuda ao governo local para continuar funcionando.

- O Fundo Monetário Internacional (FMI) concede um empréstimo de US$ 518 milhões à Sérvia, que sofre sérias consequências da crise financeira mundial.

- O Citigroup anuncia a demissão de 50 mil funcionários em todo o mundo, reduzindo para 300 mil o número total, uma diminuição de gastos e um enxugamento orçamentário, indicando que mais empregos serão eliminados, se necessário

- O banco JPMorgan afirma que irá cortar milhares de empregos na divisão de investimentos. Analistas estimam que 3.000 postos de trabalho serão fechados, o que representa quase 10% do efetivo mundial da instituição.

- O presidente da montadora americana Chrysler, Robert Nardelli, afirma que, sem uma ajuda "imediata" do governo dos Estados Unidos, o grupo não terá dinheiro para dar continuidade a suas tarefas normais e corre o risco de quebrar.

- O FMI aprova um empréstimo de US$ 2,1 bilhões para socorrer a Islândia, que passa por dificuldades financeiras. Com a decisão, o país se transforma no primeiro da Europa ocidental a obter um empréstimo do FMI desde 1976, quando a Grã-Bretanha recebeu um crédito do Fundo

- A queda na demanda faz a Basf, gigante da química, colocar em prática um plano mundial de redução na produtividade com o fechamento temporário de 80 fábricas, entre outras medidas, que deve prejudicar 20 mil funcionários.

- O governo dos EUA decide resgatar o Citigroup, ameaçado de falir, com um pacote de US$ 326 bilhões, dos quais US$ 20 bilhões serão usados para socorro imediato. Ao longo do ano, o banco anunciou a demissão de 70 mil funcionários em todo o mundo.

- O governo do Reino Unido lança um plano de estímulos fiscais à produção no valor de € 23,5 bilhões. O objetivo é reduzir o impacto da recessão.

- O governo dos EUA anuncia um novo pacote de socorro à economia no valor de US$ 800 bilhões: Deste valor, US$ 600 bilhões serão utilizados para comprar títulos relacionados a hipotecas, e os US$ 200 bilhões restantes serão destinados para uma linha de empréstimo, cuja sigla em inglês é Talf, com o objetivo de ajudar os participantes do mercado a atender às necessidades de crédito do consumidor e pequenas empresas.

- A Comissão Europeia pede, aos 27 países-membros do bloco europeu, que destinem € 200 bilhões (R$ 611 bilhões), equivalentes a 1,5% do Produto Interno Bruto (PIB) da UE, para medidas de superação da crise econômica.

- A siderúrgica Arcelor Mittal avisa que pode demitir até 9.000 funcionários, cerca de 3% de seu pessoal, por causa da queda brusca nas vendas. Só a Europa perderia 6.000 vagas; as outras 3.000 seriam nos Estados Unidos.

- A seguradora americana AIG (que recebeu ajuda de US$ 152 bilhões do governo dos Estados Unidos em setembro) e o grupo financeiro Unibanco anunciam o fim de seus vínculos no Brasil, depois de 11 anos de associação.

- O governo italiano anuncia um pacote de € 80 bilhões para ajudar a reduzir o impacto da crise financeira sobre as empresas e as famílias

Dezembro/2008

- O Escritório Nacional de Pesquisa Econômica (NBER, na sigla em inglês), que reúne economistas encarregados oficialmente de estudar os ciclos econômicos, anunciou que os Estados Unidos já estão em recessão desde dezembro de 2007.

- No Brasil, dois grandes bancos nacionais (Unibanco e Itaú) anunciam sua fusão.

Fevereiro/2009

- Mais de 520.000 trabalhadores foram demitidos nos Estados Unidos durante o mês de janeiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOTTOMORE, T. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro – RJ: Jorge Zahar, 1988.

PEREIRA, L. C. B. Dominação financeira e sua crise no quadro do Capitalismo do conhecimento e do estado democrático social. **Revista Estudos Avançados**, IE-USP, São Paulo-SP, v. 22 (64), p. 195-205, 2008.

_____. Crise e Recuperação da confiança. In: FIEP – FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO PARANÁ. **Dossiê da Crise – Associação Keynesiana Brasileira**. Curitiba – PR: FIEP, nov. 2008.

GALBRAITH, J. K. **1929 O colapso da Bolsa:** Com Introdução sobre o Outubro Negro de 87. São Paulo, SP: Livraria Pioneira Editora, 1988. (Coleção Novo Umbrais).

KEYNES, J. M. **Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda.** São Paulo – SP: Nova Cultural, 1985. (Coleção Os Economistas).

KUZNETS, S. S. **Crescimento econômico moderno:** ritmo, estrutura e difusão. São Paulo: Abril, 1983. (Coleção Os Economistas).

LLUCH, E. **O desenvolvimento econômico. Biblioteca Salvat de Grandes Temas:** Livros GT – A problemática do homem atual num conjunto estruturado, unitário e coerente. Rio de Janeiro: Biblioteca Salvat, 1979.

MARX, K. H. **O Capital**. São Paulo – SP: Nova Cultural, 1985. (Coleção os Economistas)

SANDRONI, P. **Novíssimo Dicionário de Economia**. São Paulo: Best Seller, 1999.

SINGER, P. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**. São Paulo: USP, 1968.